

40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

ST 18 – Migrações internacionais e fronteiras: políticas, sociabilidades, territórios
e reconfigurações identitárias

**Processos migratórios: experiências de migrantes haitianos(as) na cidade
de Porto Alegre – RS**

Larissa Cykman de Paula
Mestranda em Antropologia Social – UFRGS
Orientadora: Denise Fagundes Jardim

Resumo:

Este trabalho compreende os processos migratórios de haitianos(as) que chegam à cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, desde 2012. Acompanho e participo desde 2014 das oficinas desenvolvidas pelo Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados – UFRGS e, a partir de uma etnografia e da observação participante do cotidiano destes imigrantes, abordo o papel das redes de apoio formadas na experiência migratória e como estas redes de apoio podem ser compreendidas como uma espécie de resistência presente na experiência migratória haitiana. Desta forma, o objetivo deste trabalho é aprofundar o conhecimento e os debates sobre a temática dos processos migratórios, identidade, etnicidade e direitos humanos, refletindo sobre os fluxos de vida dos(as) migrantes haitianos(as) a partir do debate transnacional (JARDIM, 2013) e do conceito de hermenêutica diatópica (SOUSA SANTOS, 2000). Como resultado parcial da pesquisa destaco a compreensão do ato de migrar como uma ação adotada como uma forma de resistência e de planejamento, em que, a partir das experiências do passado, o presente é transformado pensando também no futuro.

Palavras-chave: Processos migratórios; Haiti; Experiência.

Introdução

Serão abordados os processos migratórios de haitianos(as) que chegam à cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, desde 2012 e que moram nas proximidades da Vila Esperança Cordeiro, localizada na Zona Norte da cidade. Acompanho e participo desde 2014 das oficinas desenvolvidas na Zona Norte de Porto Alegre pelo Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados – GAIRE/SAJU/UFRGS, que tem por objetivo empoderar os imigrantes para sua inserção na sociedade brasileira e garantia de direitos. Esta entrada em campo me possibilitou compreender, a partir desta rede constituída por voluntários, o papel das redes de apoio formadas na experiência migratória e como estas redes de apoio podem ser compreendidas como uma espécie de resistência presente na experiência migratória haitiana. Resistência no sentido das redes apoiarem o ato migratório, facilitarem a inserção local ou ainda, na falta de redes estabelecidas, dificultar a inserção e o acesso a direitos básicos, como o aprendizado do português e acesso a trabalho e moradia. Desta forma, busco perceber quais são as redes formadas, os seus limites e também quais possíveis redes não são de fato formadas. Destaco, neste primeiro momento, a importância das redes formadas por voluntários, no caso a própria rede proposta pelas oficinas organizadas pelo GAIRE, porém, atenta aos limites desta rede percebidos pela alternância e falta de regularidade do público que frequenta as oficinas (variando de cinco a quarenta participantes por encontro). Outra rede que, neste primeiro momento do campo, se mostra como uma rede a ser analisada e problematizada se refere à rede religiosa, com grande número de participantes nos espaços religiosos. Como exemplo, o culto realizado na Esperança Cordeiro na Igreja Pentecostal para haitianos conta com um público médio de cem haitianos(as), demonstrando a abrangência e relevância deste espaço. É interessante que os espaços religiosos também possibilitam pensar nas semelhanças entre Haiti e Brasil a partir da relação mantida com a religião, além desta ser uma prática que nos permite conhecer as conexões mantidas com os valores. Faz-se necessário pensar, ainda, nas redes relacionadas com organizações e espaços públicos, ou a falta destas redes, pois, a princípio, atores públicos e políticas públicas deveriam atuar enquanto estratégias

elaboradas para assegurar os direitos dos imigrantes na inserção local, o que ocorre apenas parcialmente.

O trabalho de campo que está sendo desenvolvido entre os anos de 2014 e 2016 juntamente às questões abordadas neste trabalho problematizam inicialmente aquilo que será desenvolvido na dissertação de mestrado em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRGS. Para tanto, indago enquanto problema de pesquisa quais são as redes de apoio existentes na experiência migratória haitiana, ponderando se de fato estas redes existem e, caso esta hipótese se confirme, como estas são formadas e qual a sua importância na experiência migratória. Além de mapear as redes, pretendo compreender quais são as redes que de fato se fortalecem e quais são as redes que apesar de impulsionadas não chegam a ser formadas, ou são formadas por pouco tempo.

A partir deste olhar para as redes de apoio também exploro, conforme o que aparece em campo, as experiências e reconstruções de vida a partir do processo de inserção local, destacando o acesso à moradia, ao aprendizado da língua portuguesa, ao trabalho e à saúde, além do enfrentamento da xenofobia e racismo. Muitas vezes a experiência migratória passa também pelo processo de reunião familiar, que pode ser exitoso ou não, objetivando a vinda de familiares do Haiti para o Brasil. Destaco, ainda, um recorte de gênero ao pensar em como se apresenta o campo a partir das experiências das mulheres haitianas, problematizando as especificidades vivenciadas em suas experiências migratórias e buscando conhecer as dinâmicas de solidariedade e demandas que não se reduzem ao sucesso migratório em termos de vantagem econômica, mas podendo ampliar, através da etnografia, o que entendemos como resistir através da imigração. Proponho o recorte de gênero principalmente ao perceber, neste primeiro momento do campo, que muitas vezes os locais não são frequentados da mesma forma por mulheres e homens, além das diferenças no processo mesmo de adaptação e inserção na sociedade local.

Ao estabelecer as possibilidades metodológicas a serem empregadas destaco, primeiramente, o recorte de campo pretendido como sendo os(as) imigrantes haitianos(as) residentes na Vila Esperança Cordeiro e suas proximidades na Zona Norte de Porto Alegre, bem como os imigrantes alojados no Centro Vida – localizado nesta mesma região. O recorte pretendido tem duas

justificativas. A primeira refere-se à impossibilidade de pensar no contexto migratório haitiano no Brasil como uma totalidade, dada as especificidades na inserção em cada cidade e Bairro. A segunda justificativa se refere à entrada em campo neste bairro que me foi possibilitada pela participação no projeto de extensão desenvolvido com os imigrantes pelo GAIRE (Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados/SAJU/UFRGS). Desta forma, a questão migratória será abordada a partir da experiência destes imigrantes e na forma como eles se relacionam com demais pessoas e entidades, problematizando quais são as redes de apoio existentes na experiência migratória haitiana e qual a importância destas. E, ao buscar me aproximar das mulheres migrantes, problematizo a experiência e história de vida destas mulheres, buscando dar voz a elas e compreendendo suas relações locais e também com familiares que ficaram no Haiti, dentre os quais muitas vezes estão filhos. Uma das autoras que me inspira ao pensar nesta abordagem é Veena Das (1999, 2007, 2010), a partir da problematização que ela faz das histórias de vida, dos testemunhos, da experiência no cotidiano e da relação com os eventos críticos.

Entrada em campo: a presença de imigrantes haitianos(as) na Zona Norte de Porto Alegre

Para expor estas questões parto da minha experiência de campo, pois é através dela que me aproximo das discussões e acredito ser possível compreender alguns aspectos sobre os processos migratórios de haitianos e haitianas na cidade de Porto Alegre. Inicialmente, contextualizo o contato inicial que tive com a presença de imigrantes haitianos(as) na Zona Norte de Porto Alegre, principalmente na Vila Esperança Cordeiro. No início do ano de 2014 alunos(as) do curso de medicina da UFRGS que estagiavam no Posto de saúde Esperança Cordeiro observaram que alguns(as) haitianos(as) iam ao posto, porém, tinham muita dificuldade de comunicação por não falarem português. Estes(as) alunos(as) mobilizaram algumas pessoas para ajudar diretamente nesta necessidade de comunicação para acessar os serviços de saúde. Esta primeira mobilização foi se ampliando e pessoas voluntárias começaram a pensar em formas de ajudar estes imigrantes no Bairro, momento no qual eu

também me juntei ao grupo que se formava. Entre os(as) voluntários que se somaram destaca-se o Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE/SAJU/UFRGS) e também o Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI/UFRGS) através da participação da professora Denise Jardim. Em maio de 2014 iniciaram-se atividades no Bairro voltadas para os(as) imigrantes, ocorrendo em formato de oficinas nos sábados e domingos à tarde na Associação de Moradores Esperança Cordeiro. Foi criada uma página na rede social Facebook como forma de contato entre voluntários(as) e haitianos(as) e para a divulgação das atividades. Nas oficinas os(as) haitianos(as) tinham um espaço para trazer dúvidas e questões específicas vivenciadas, além da proposta do ensino da língua portuguesa.

No final do ano de 2014 as atividades começaram a ser realizadas no Centro Vida Humanístico, localizado na Avenida Baltazar e ao lado da Vila Esperança Cordeiro. O formato permaneceu o mesmo até o final do ano, com uma rotatividade de voluntários(as) organizando atividades em alguns finais de semana. No início de 2015 o formato se modificou um pouco e o GAIRE assumiu a responsabilidade das oficinas através de um projeto de extensão vinculado à UFRGS. O grupo se organizou, então, em um formato fixo através da elaboração de um projeto específico visando o empoderamento dos imigrantes para sua inserção na sociedade brasileira e garantia de direitos.

As atividades que se iniciaram em março de 2015 mudaram novamente de local, passando a acontecer em uma Escola Municipal localizada a poucas quadras da Vila Esperança Cordeiro. O local foi escolhido pelo contato e parceria ocorrido com o diretor da escola, que abriu as portas desta para as atividades e para pensar conjuntamente na inserção dos(as) imigrantes na comunidade. A mudança na organização incidiu bastante na dinâmica das oficinas. Num primeiro momento, poucas pessoas foram nos encontros, o que motivou uma organização do grupo para o contato com os(as) imigrantes no bairro em diferentes dias da semana e do final de semana. Desta forma, foi se criando aos poucos uma relação entre estes que propiciou a formação de um grupo, e, num tempo médio de dois meses, com o contato e vínculo estabelecido, as oficinas realizadas na Escola começaram a contar com uma presença média de 30 haitianos(as).

Nas reuniões do grupo de extensão para a elaboração das oficinas eram abordadas questões de interesse dos(as) imigrantes, problematizando os questionamentos e conversas das oficinas anteriores. As principais temáticas discutidas referem-se às barreiras enfrentadas cotidianamente na inserção na sociedade brasileira, sendo a principal barreira a língua, pois quem está no Brasil há poucas semanas e meses muitas vezes não consegue se comunicar com brasileiros(as), o que dificulta a inserção local e a obtenção de emprego. Pensando na importância do aprendizado da língua, um dos esforços do grupo foi em buscar alternativas com este fim. Além de oficinas voltadas para a conversação em português, foi conversado com a Escola a possibilidade de alguns(as) haitianos(as) frequentarem o EJA (Educação de Jovens e Adultos), tanto para o aprendizado do português como para a possibilidade de continuarem os estudos. Com o apoio de todos(as) professores(as), cerca de dez haitianos começaram a frequentar as aulas noturnas na Escola no ano de 2015. Porém, apesar dos esforços e de alguns imigrantes estarem inseridos em um ambiente que auxilia e estimula o aprendizado do português, esta continua sendo uma barreira para muitos outros imigrantes. É possível, ainda, fazer um recorte de gênero, no qual as mulheres demoram um tempo significativamente maior para começar a compreender e falar português. Algumas delas, mesmo já estando há mais de um ano no Brasil, não conseguem se comunicar em português, ficando restritas ao convívio com haitianas e haitianos. Como a maioria das mulheres só falam crioulo haitiano, não falando e muitas vezes não compreendendo francês, o contato também se restringe com algumas pessoas brasileiras voluntárias que falam francês.

Outra demanda fundamental refere-se à procura por emprego, sendo este fundamental para o sustento no Brasil e também para o envio de dinheiro para a família que ficou no Haiti. Apesar dos diferentes níveis de formação educacional e profissional dos(as) imigrantes, todos(as) procuram emprego em qualquer área, tendo a maior oferta em empresas terceirizadas de limpeza, na construção civil e em empresas alimentícias. Algumas oficinas foram focadas na elaboração de currículos e em conversas sobre os direitos trabalhistas no Brasil.

Outras diversas demandas já foram trabalhadas nas oficinas como, por exemplo, questões referentes à moradia e aluguel, acesso à saúde, acesso a

direitos sociais através dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e conversas problematizando questões referentes ao racismo e à xenofobia experienciados. Destacou-se também a preocupação em dialogar com os(as) haitianos(as) que ficaram alojados no Centro Vida desde junho de 2015 até início de 2016, problematizando o momento distinto que vivenciam ao buscarem emprego e moradia, cercados por muitas incertezas. No segundo semestre de 2015 o número de participantes das oficinas que residiam nas proximidades do Centro Vida diminuiu, ao mesmo tempo em que aumentou o número de participantes que no momento estavam alojados no Centro Vida. Apesar deste fato demonstrar a importância das oficinas para estes imigrantes que chegavam na cidade neste momento, também demonstra o fraco vínculo formado com os imigrantes da comunidade, abrindo espaço para reflexões dos motivos da grande inconstância da participação no projeto.

No ano de 2016 é possível fazer uma nova avaliação das oficinas desenvolvidas pelo projeto de extensão do GAIRE. Como o projeto é protagonizado por estudantes e jovens profissionais, a circulação das pessoas voluntárias envolvidas é grande. Em 2016 muitas das pessoas voluntárias se afastaram do projeto e algumas pessoas que não conheciam tão bem o projeto começaram a participar mais frequentemente. Porém, com esta troca, as relações estabelecidas com as e os imigrantes também se modificaram e o número de participantes em cada encontro diminuiu. Esta questão também gera uma inconstância se pensarmos nestas atividades como uma rede de apoio formada, pois em pouco tempo as relações se modificaram significativamente.

Ao passo que as oficinas tiveram o público reduzido e passaram a não ocorrer tão frequentemente, as(os) voluntárias(os) do projeto tiveram contato com um outro projeto de aulas de português. Este projeto começou a ocorrer também no Centro Vida, oferecendo aulas de português aos domingos para os(as) imigrantes da região interessados. Ou seja, apesar das dificuldades do projeto das oficinas, esta articulação entre diferentes grupos de voluntários(as) propicia o contato direto com os(as) migrantes e que novas atividades e redes sejam constantemente iniciadas.

Esta reflexão sobre o papel das oficinas abre espaço também para perceber outras redes que se fazem importantes para os(as) imigrantes. Uma destas é a

religiosa. Ao longo de todo o tempo os(as) voluntários(as) do projeto das oficinas sempre foram convidados(as) para participarem do culto religioso que ocorria todos os domingos pela manhã em uma Igreja Pentecostal localizada na Vila Esperança Cordeiro. Quando conheci o culto, no primeiro semestre de 2016, percebi a grande importância deste espaço para os(as) haitianos(as), pela forte presença no local. Das vezes em que frequentei, cerca de cem haitianos(as) estavam presentes, número muito maior do que o número de imigrantes que já participou das oficinas realizadas no Bairro. Este fato demonstra a importância deste espaço social que se torna, então, um ponto fundamental em meu campo etnográfico. Os cultos são marcados pelos momentos de oração que são proferidos por um pastor brasileiro em português e então traduzidos para o crioulo por um pastor haitiano. A principal fala, repetida de forma empolgada por todas as pessoas presentes, se refere ao fato de que por mais que os(as) haitianos(as) estejam longe de seu país e familiares não estão sozinhos, podendo contar com o apoio e conforto oferecido pelos demais naquele espaço. Durante os cultos há momentos compartilhados de alegria e também de tristeza, sempre contando com ações de apoio e acolhimento. E de fato há um grande convívio entre brasileiros(as) e haitianos(as), criando laços de amizade, companheirismo e ajuda. No espaço da igreja muitos(as) imigrantes tiveram auxílio, inclusive para alcançar emprego e moradia. Desta forma, pensar em uma rede de apoio religiosa é interessante na medida em que esta aparece de forma mais constante e próxima dos(as) imigrantes.

Outra questão observada se refere à maior presença de mulheres haitianas nos cultos do que nas oficinas, mesmo ambos ocorrendo aos domingos na mesma região. No caso das oficinas, as mulheres frequentaram de forma assídua as primeiras oficinas, principalmente pelo contato que tínhamos com elas no Bairro visitando-as em suas casas. No ano de 2014, por exemplo, foi organizado pelo grupo de voluntários(as) um chá de fraldas para as cinco haitianas que moravam no Bairro e estavam grávidas, sendo realizado no dia 27 de setembro de 2014. A proposta do chá foi promover uma campanha de arrecadação de itens básicos para mães e bebês e também uma forma de apoio e integração num momento de confraternização. Durante o chá de fraldas uma das mulheres agradeceu nas seguintes palavras (traduzidas do crioulo para o

português por um haitiano que já morava há mais tempo em Porto Alegre): “Muito obrigada por tudo. A minha família está longe, mas aqui vocês são a minha família”. No ano de 2015, das cinco mulheres que estavam grávidas três continuavam morando na Vila Esperança Cordeiro e uma próxima a ela. Desta forma, uma das demandas atendidas nas oficinas foi o acesso à creche, para que as mães pudessem voltar a trabalhar. Como nas duas creches localizadas na região não havia vagas para novas crianças, através do GAIRE foi orientado um processo junto à Defensoria do Estado. Num primeiro momento, apenas uma delas conseguiu uma vizinha que cuidasse da bebê e as demais não voltaram a trabalhar, influenciando na renda familiar.

De forma geral, as demandas das mulheres haitianas que participaram das oficinas estavam relacionadas com acesso a direitos e a emprego. Uma situação constante era a busca de informações sobre como proceder para trazer algum parente (frequentemente filho) para o Brasil, um procedimento que na maioria das vezes era totalmente desconhecido por elas. Além de ser burocrática e lenta, a reunião familiar muitas vezes não se aplica ao caso específico, o que acaba gerando muita angústia entre os familiares. A comunicação entre voluntárias(os) e haitianas era difícil, mas ocorria da forma como era possível, principalmente com gestos e sorrisos e algumas palavras em português, crioulo e francês.

No início do segundo semestre de 2015, momento em que as(os) voluntárias(os) sentiam que o vínculo com as(os) imigrantes estava mais estabilizado, foi-se aos poucos espaçando o número de visitas às casas e ao Bairro, muitas vezes apenas avisando pelas redes sociais Facebook e WhatsApp sobre quando seria realizada a próxima oficina, o local e o conteúdo que trataria. Porém, esta mudança na comunicação modificou totalmente o público que frequentava. Aos poucos as mulheres começaram a não ir mais. O foco das oficinas, sempre dialogando com o interesse dos(as) participantes, também se alterou, abordando cada vez mais questões trabalhistas e o aprendizado do português e menos questões familiares. A rotatividade dos participantes também aumentou, sendo comum irem alguns que participam desde 2014 e muitos outros que estavam há menos tempo na região. Na minha opinião, este novo formato continuava sendo válido, mas não podia deixar de

sentir a grande falta das mulheres, pensando em como na verdade o vínculo que imaginávamos ser forte ainda era frágil.

É com este sentimento de que estava me afastando das mulheres do Bairro, mesmo sabendo que elas ainda estavam ali, que busquei estar ainda mais atenta à relação destas com os espaços religiosos. E realmente, desde a primeira ida ao culto do Bairro, percebi que aquele era um espaço que elas ocupavam constantemente e alegremente. Enquanto que neste segundo momento descrito das oficinas parecia que elas não tinham interesse em participar, ou não se sentiam confortáveis para fazê-lo, no culto religioso elas se faziam presentes e se sentiam confortáveis. O que me parece é que enquanto as mulheres voluntárias iam frequentemente nas casas das mulheres haitianas a relação que se formava era de amizade, por mais que houvessem as barreiras linguísticas. Mas quando a atitude das voluntárias passa a ser um pouco mais distante do Bairro e mais focada nas oficinas, esta relação de amizade se enfraquece. E é justamente esta relação de amizade que transparece ao longo de todas as relações existentes no espaço religioso em questão.

Muitas ponderações podem ser realizadas a partir destas observações. Neste momento, enfoco apenas em como acompanhar as(os) imigrantes pelos diferentes locais percorridos e problematizando estas diferentes redes de apoio formadas e transformadas é relevante para pensar suas experiências migratórias. Uma última “rede de apoio” pensada em campo se refere aquela que perpassa os espaços e órgãos públicos. Alguns exemplos de espaços envolvidos com imigrantes são as Defensorias Públicas da União e do Estado, os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), os postos de saúde e hospitais, os Comitês municipal e estadual de atenção aos imigrantes, refugiados, apátridas e vítimas do tráfico de pessoas; além de associações de moradores, ocupações e ONGS como o Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações (CIBAI). Nem todo(a) migrante vai percorrer todos estes locais, mas todos estes locais são percorridos constantemente. O interessante é observar que, na maioria das vezes, estes espaços são acessados pelos(as) imigrantes através da relação destes(as) com pessoas sensíveis à questão migratória e que buscam atuar para que cada vez mais os(as) migrantes possam acessar seus direitos. Neste sentido, ressalto a importância de uma

rede de apoio que não é homogênea e nem constante, mas que possibilita difundir entre imigrantes e entre a sociedade os direitos básicos que devem ser respeitados e ações voltadas à inserção local. Contudo, ocorrem muitos casos de despreparo na atuação de órgãos públicos, o que demonstra como novas estratégias de inserção devem ser adotadas, indo além de uma rede que mobilize apenas voluntários(as), de forma a abranger a ação pública.

Ao abordar as redes de apoio, problematizo a relevância destas na experiência dos(as) migrantes. Cada migrante percorre um caminho diferente, se encontrando em alguns pontos com outras experiências migratórias e se afastando em outros. É a partir da minha inserção em campo e do contato que tive com estas pessoas que busco, então, problematizar alguns aspectos dos seus processos migratórios tanto no que se refere à inserção local como na relação mantida com o Haiti e das ponderações entre o local e o global em um debate transnacional. Desta forma, acredito ser possível compreender as questões relacionadas a este fluxo migratório e suas especificidades como, por exemplo, os motivos desta imigração – para além dos motivos econômicos-; o aspecto identitário e a diáspora haitiana; a inserção local a partir das dificuldades e facilidades e das redes de apoio formadas – vulnerabilidade social, direitos humanos e políticas públicas.

A experiência migratória haitiana: a importância da dimensão da experiência

Ao abordar alguns elementos do trabalho de campo desenvolvido até o momento problematizo a relevância da noção da experiência ao pensar nos processos e fluxos migratórios de migrantes haitianas e haitianos. Para tanto, destaco algumas questões pensadas pela antropologia da experiência. A autora Veena Das (1999) problematiza acerca da antropologia feita no “aqui e agora”, ou seja, na sociedade na qual a(o) antropóloga(o) viajou e viveu e no momento presente, criticando o modelo tradicional referente a um único objeto intelectual: o “outro exótico” (exotic Other)(1999, p. 3). Problematizando este modelo tradicional e repensando a antropologia, Das afirma que apenas recentemente

foram feitas tentativas para conceituar como a etnografia das sociedades modernas pode ser escrita sem cair na armadilha de um “holismo inflexível” (inflexible holism) (1995, p. 3). Neste aspecto, a visão totalizante acerca de uma cultura particular em que todo e qualquer indivíduo é visto como um representante da cultura como um todo se reduz a uma “fantasia antropológica” (anthropological fantasy) (1995, p. 4). Estas questões também estão presentes na obra de Fassin (2007), ao afirmar que algumas vezes a antropologia vai em direção a generalizações e simplificações que não correspondem à experiência, partindo de categorias externas em uma dimensão mais ampla, não refletindo sobre as experiências individuais e coletivas e não capturando as identidades, lutas e transformações no campo. Deste modo, Fassin explicita a importância das narrativas em seu trabalho, buscando ressaltar as realidades vivenciadas individual e coletivamente.

A partir destas ponderações, busco fugir de compreensões holísticas onde os fluxos migratórios pareçam ser facilmente compreendidos no campo empírico. Neste sentido, busco compreender as experiências migratórias a partir de suas especificidades e no seu tempo, que vai além do tempo presente, importando também o passado e o futuro. Ao pesquisar, então, sobre imigrantes haitianos(as) em Porto Alegre não considero que as suas experiências sejam iguais às experiências de outros imigrantes em outros locais, bem como não considero que todos(as) imigrantes em Porto Alegre possuam a mesma experiência. Com isso afirmo ser necessário olhar para a vivência e especificidade da migração contida em cada testemunho, apesar de buscar refletir sobre aspectos mais amplos sobre os processos migratórios e a sua relação com a história do Haiti.

Feitas estas considerações iniciais a respeito do olhar antropológico, destaco elementos específicos da antropologia da experiência como inspiradores do trabalho de campo que está sendo realizado. Podemos compreender a antropologia da experiência como uma forma de pensar a realidade. Tanto Das como Kleinman (2001) destacam o valor da palavra, do que foi dito e também o valor daquilo que não foi dito. Desta forma, encontramos nos trabalhos inspirados pela antropologia da experiência (Coker (2004), Machado (2014) e Ross (2001)) a presença de narrativas e de testemunhos que

tentam destacar a experiência vivida, experiência esta que também pode ser corporificada (embodied). Neste sentido, acredito que a escolha pela narrativa e por dar espaço para a voz de imigrantes morando na Zona Norte de Porto Alegre, principalmente para as mulheres, tem por objetivo captar justamente a riqueza destas vivências, buscando adentrar suas experiências.

A partir destes elementos destacados tenho por objetivo, para além do debate sobre os processos migratórios, contextualizar a experiência migratória haitiana. Este objetivo é pensado não abordando somente os processos migratórios, mas a partir da maneira como as(os) migrantes haitianas(os) em Porto Alegre entre os anos de 2014 e 2016 vivenciam os fluxos migratórios. É nesta vivência cotidiana que a presença de redes de apoio se torna perceptível. Apesar de destacar a especificidade das experiências destas pessoas, é relevante abranger o contexto histórico haitiano e da relação entre Haiti e Brasil, para então compreender como local e global se relacionam.

Contexto histórico haitiano e as relações entre Haiti e Brasil

Alguns aspectos da história do Haiti são destacados por serem relevantes para a compreensão dos processos migratórios de haitianos(as) para o Brasil. Dentre eles, a colonização espanhola ocorrida em 1492, com a dizimação da população nativa e a introdução de africanos escravizados e a posterior independência no ano de 1804 com a vitória dos revolucionários haitianos sobre os franceses, que ocupavam o país desde 1697. A revolução haitiana é descrita por Seguy como a “única revolução vitoriosa de uma sociedade escravizada” (2014, p. 51). Este dado histórico tem maior relevância ao ser destacado o forte nacionalismo haitiano, em que o enaltecimento da história do Haiti e da revolução ocorrida desencadeia um forte sentimento em relação ao país e seus símbolos como, por exemplo, a comemoração do dia da bandeira (18 de maio) e do dia da independência (1 de janeiro). Ainda contextualizando a história haitiana destaca-se a invasão e exploração pelos EUA entre 1915 e 1934 e a ditadura Duvalier (1957 - 1971) com caráter fortemente repressor e que

representou um período de acirramento das desigualdades sociais no país (HANDERSON, 2015), repercutindo na história e caráter identitário até os dias atuais, também no que se refere à emigração para outros países.

As línguas oficiais no Haiti são o créole haitiano (kreyol) e o francês, sendo o créole considerado uma língua de resistência e falado por toda a população. Já o francês é compreendido apenas por uma pequena parcela da população, referente àqueles que acessam ou acessaram as escolas. Em relação à religião, segundo cosmovisão debatida em Conferência¹ realizada na UFRGS, 100% são Vodou (Vaudou), 30% Católicos e 70% Evangélicos, pois o Vodou vai além de aspectos religiosos, também está relacionado à questão identitária. Porém, apesar da presença de costumes ligados ao Vodou, também ocorre uma estigmatização da religião, o que faz com que oficialmente poucos haitianos(as) se digam praticantes do Vodou.

Destaco, ainda, que o terremoto ocorrido em janeiro de 2010 teve grandes consequências não apenas pela sua densidade, mas também pela condição do país de desigualdade social e falta de estruturas básicas. Desta forma, podemos considerar o terremoto como um evento crítico (DAS, 1995) com grandes consequências na vida cotidiana haitiana. Para Das, um evento crítico é compreendido na medida em que redefine categorias tradicionais após ter ocorrido. Um grupo de pesquisadores da Unicamp no Haiti quando do terremoto descreve em relato disponível online: “O que presenciamos ontem no Haiti foi muito mais do que um forte terremoto. Foi a destruição do centro de um país sempre renegado pelo mundo. Foi o resultado de intervenções, massacres e ocupações que sempre tentaram calar a primeira república negra do mundo”². Desta forma, ao analisar as consequências do terremoto e o contexto do país

¹ As considerações referentes à religião haitiana são baseadas na Conferência: Os 10 anos na Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti): solidariedade ou recolonização? realizada no Ciclo de Debates: O Haiti é ou não é aqui? em 31/10/2014 no ILEA – UFRGS.

² O trecho foi extraído da página virtual intitulada “Pesquisadores da Unicamp no Haiti: Grupo de pesquisadores da Unicamp, sobre o tema Haiti no Haiti” elaborada pelos pesquisadores Daniel Felipe Quaresma dos Santos, Diego Napolon Bertazzoli, Joanna Lopes da Hora, Marcos Pedro Magalhães Rosa, Omar Ribeiro Thomaz, Otávio Calegari Jorge, Rodrigo C. Bulamah, Werner Garbers e Cris Bierrenbach. Disponível no link <https://lacidadelle.wordpress.com/> e acessada em setembro de 2015.

após este evento, é necessário problematizar também o contexto socioeconômico do Haiti.

Estima-se que de quatro a cinco milhões de haitianos(as) vivem fora do país, dado que “representa a metade dos habitantes do Haiti, estimados em 10.413.211 em 2013 pelo Institut Haïtien de Statistique et d’Informatique (IHSI)” (HANDERSON, 2015, p. 52). Ou seja, é uma prática corriqueira a emigração do Haiti, mas mantendo fortes laços com o país. A emigração é, então, motivada por questões econômicas onde o migrante muitas vezes sai do Haiti sem sua família, mas com o apoio desta. A grande maioria dos(as) imigrantes mantém ao mesmo tempo parte de sua família que está no Brasil e parte de sua família que permanece no Haiti, além da relação com familiares em outros países. Neste contexto, é possível compreender o local central que a diáspora ocupa na sociedade haitiana, a exemplo do seu papel “imprescindível” (THOMAZ, 2012, p. 34) como meio de ajuda à população nos dias seguintes ao terremoto.

Destaco a relação do Haiti com o Brasil para ser possível pensar sobre os processos migratórios que ocorrem entre estes países. Segundo dados apresentados pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) mais de 39.000 haitianos entraram no Brasil entre 2010 e setembro de 2014. O Brasil passou a ser um país de interesse para imigração haitiana a partir de 2010 por alguns motivos, dentre os quais é possível destacar a presença de tropas brasileiras na MINUSTAH³, o que propiciou um contato direto com brasileiros; a atração pelo futebol brasileiro e o “convite” feito pelo presidente Lula em 2010, onde colocou o Brasil de forma receptiva à imigração haitiana (FERNANDES e CASTRO, 2014). Estes são os motivos mais aparentes desta relação entre os dois países, entre os quais é possível perceber um fluxo

³ Desde 2004 está presente em território haitiano a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti), onde tropas brasileiras atuam a partir da doutrina de intervenção humanitária. A MINUSTAH foi estabelecida com a Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU tendo como principais objetivos “provimento de segurança e de um ambiente estável, particularmente através do desarmamento; apoio ao processo político e boa governança em preparação para futuras eleições; e monitoramento e apresentação de relatórios sobre os direitos humanos” (Centro de Justiça Global e Harvard Law Student Advocates for Human Rights, 2005, p. 1). Porém, segundo Seguy (2014), o Haiti não precisaria de tropas militares, mas de paz e solidariedade (médicos, professores, engenheiros), problematizando que a ocupação militar não protegeria os haitianos e sim interesses imperialistas. Desta forma, ocorre esta dupla visão sobre a presença da MINUSTAH, em que, por um lado, é vista como uma ação humanitária em prol do desenvolvimento e segurança do país, porém, por outro lado, é debatida como uma atitude imperialista que nada tem a acrescentar ao real desenvolvimento do país, mas apenas à economia gerada a partir da exploração do país.

migratório intenso entre os anos de 2010 e 2015. No final do ano de 2015 e ao longo do ano de 2016 o fluxo já começa a se modificar, principalmente pelas dificuldades econômicas enfrentadas com a alta do dólar e diminuição da oferta de empregos no Brasil.

A todos(as) haitianos(as) que chegam ao Brasil é concedido o visto humanitário, visto criado especificamente para esta demanda em 2012 com o objetivo de facilitar o processo burocrático. Antes da criação do visto humanitário os imigrantes solicitavam o refúgio, que é concedido quando a mobilidade está relacionada a fundado temor de perseguição. Além do pedido de refúgio ser um processo mais demorado, no caso haitiano não há garantias de que o pedido seja acolhido, pois estes migrantes podem ser pensados como imigrantes econômicos e/ou deslocados ambientais, não se adequando na definição estabelecida para a obtenção do status de refugiado⁴. O visto humanitário entrou em vigor com a resolução normativa nº 97 do Conselho Nacional de Imigração (CNIG) em 2012 com vigência de dois anos, sendo prorrogado por doze meses pela resolução normativa nº 106, posteriormente até outubro de 2015 pela resolução normativa nº 113 e até 30 de outubro de 2017 pela resolução normativa nº 123. O objetivo do visto humanitário é regular legalmente a entrada dos imigrantes no país, possibilitando a acolhida concedendo o visto por razões humanitárias “resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010” (CNIG, 2012). O visto humanitário disponibilizado na embaixada do Brasil no Haiti também implica na diminuição do ingresso pela fronteira terrestre que ocorre sem o visto pelo estado do Acre, porém, um dos problemas neste contexto é a dificuldade da embaixada brasileira conceder o número de vistos demandado. Segundo dados divulgados no Portal Brasil, no ano de 2015 eram emitidos mensalmente 2000 vistos na embaixada localizada em Porto Príncipe, capital haitiana, número pequeno diante da demanda. Desta forma, o fluxo migratório continuava acontecendo em grandes proporções

⁴ A questão de imigrantes haitianos(as) não serem considerados refugiados(as) é complexa. A criação do visto humanitário é interessante na medida em que possibilita a rápida documentação dos(as) imigrantes, porém, por outro lado, muitos direitos garantidos para refugiados(as) não abrangem o visto humanitário. Cabe, então, buscar compreender estas dinâmicas burocráticas para que as reivindicações de direitos para os(as) imigrantes haitianos(as) sejam respeitadas e implementadas.

através da fronteira terrestre, em situações vulneráveis e com elevadas taxas pagas a “coiotes” no “tráfico de imigrantes”. (FERNANDES e CASTRO, 2014, p. 15).

Após a chegada ao norte do Brasil, os(as) haitianos(as) vão para outras cidades e estados, principalmente em busca de trabalho ou por já terem pessoas conhecidas e familiares nestes locais. Desde o ano de 2014 alguns ônibus foram enviados pelo estado do Acre na direção sul do país, com paradas em diferentes cidades. Dos(as) haitianos(as) que chegam à cidade de Porto Alegre alguns(as) ficam temporariamente, indo posteriormente para cidades no interior, já outros(as) resolvem continuar na cidade. Esta vinda de ônibus com haitianos(as) foi amplamente divulgada pela mídia, o que dá ao tema visibilidade e gera comentários tanto de acolhimento e boas vindas como comentários racistas e xenofóbicos. Em Porto Alegre, os(as) haitianos(as) que chegam sem destino específico ficam, num primeiro momento, abrigados(as) no Centro Vida Humanístico, localizado na Zona Norte da cidade. Durante os meses de junho e julho de 2015 um significativo número de haitianos e haitianas estavam alojados neste local.

Agência e resistência

Ao longo da minha aproximação com as e os migrantes em campo fui cada vez mais tencionando a questão da agência e resistência. Como mencionado anteriormente, a noção de resistência está constantemente presente na história haitiana, seja pelo orgulho da independência e da revolução vitoriosa, pela língua Creole como uma língua de resistência frente ao francês imposto à população ou ainda pela prática da religião Vodou. Esta resistência pode ser pensada também em relação aos processos migratórios e às redes de apoio formadas. Relaciono a noção de resistência com a luta por direitos humanos tanto na inserção dos(as) migrantes no Brasil como na relação mantida com o Haiti. Além de compreender que as redes de apoio formadas se relacionam com uma forma de resistência na medida em que apoiam o ato migratório, facilitando a inserção local ou ainda, na falta de redes estabelecidas, dificultando a inserção e o acesso a direitos básicos, como o aprendizado do

português e acesso a trabalho e moradia. Abaixo, destaco trecho da fala de Claude⁵, um imigrante haitiano que em setembro de 2015 estava há dois meses alojado no Centro Vida:

Vimos para cá não porque passamos fome no Haiti, porque gostamos do nosso país e estamos tranquilos lá. Mesmo que não se coma em um dia, no seguinte se come. O motivo de termos vindo é porque somos jovens, nós somos os responsáveis pela continuidade do nosso país. Essa é a hora de sairmos para trabalharmos e juntarmos dinheiro para voltar ao nosso país. Para podermos dar para os nossos filhos qualidade de vida.

No trecho acima Claude coloca em questão que não saiu do Haiti porque passava fome, explicitando que as pessoas sempre falavam isso e que esta não é a questão central. Ele não nega que existam dificuldades econômicas: *“Mesmo que não se coma em um dia, no seguinte se come”*, porém, o destaque que ele dá e que quer que seja compreendido pelas pessoas está na sua agência de como jovem haitiano migrar para ajudar o seu país. Compreendo esta fala como um exemplo da migração como resistência, pois Claude não quer que pareça que ele e todos(as) haitianos(as) estão fugindo do seu país, e sim que ao saírem estão justamente pensando no desenvolvimento do Haiti, considerando a ação do tempo no presente e futuro. E para conseguir este objetivo é necessário, como primeira medida, conseguir um emprego que proporcione o sustento para viver no Brasil e enviar dinheiro para parte da família que ficou no Haiti.

O termo diáspora, de recorrente uso para designar haitianos(as) vivendo fora do país, está “associado à mobilidade transnacional como constitutiva da trajetória de vida das pessoas e dos horizontes de possibilidades delas” (HANDERSON, 2015, p. 54), sendo uma categoria êmica utilizada pelos(as) haitianos(as) também de forma política na reivindicação por direitos humanos e sociais. Esta noção é extremamente relevante na medida em que possibilita questionar de que forma a migração e a diáspora podem ser acionadas como estratégias de resistências relacionadas à luta por direitos humanos tanto no Brasil como na relação com o Haiti. Handerson ressalta a importância da

⁵ Claude é o nome fictício de um de meus interlocutores em campo.

diáspora “na vida social, política, cultural e, notadamente econômica haitiana, representando o *poto mitan* (o pilar) das famílias e a pedra angular sustentando o mundo social, do ponto de vista material, simbólico e econômico” (2015, p. 401).

Considerações finais: relações com o debate transnacional

Ao pensar nos processos migratórios é necessário compreender como ocorrem os fluxos e trajetórias de vida. Problematizando as relações sociais e familiares dos(as) migrantes haitianos(as), é possível refletir sobre o debate transnacional (JARDIM, 2013) a partir de uma observação local. Neste sentido o conceito de hermenêutica diatópica (SOUSA SANTOS, 2000), em que o diálogo intercultural sobre a dignidade humana se organiza a partir de sentidos locais ao invés de falsos universalismos sendo possível pensar em uma “concepção mestiça de direitos humanos” (SOUSA SANTOS, 2000, p. 23) se faz relevante. Neste contexto, ao abordar os aspectos referentes às motivações da emigração e ao processo de inserção dos imigrantes localmente, das barreiras enfrentadas e das relações mantidas, destaco o trabalho de campo na antropologia como o local que mostra a negociação (JARDIM, 2013) que ocorre entre o Estado e as comunidades diversas as quais exigem a implementação de políticas públicas que atendam à justiça e dignidade humana.

Analisando a invisibilidade, as desigualdades e vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos(as) migrantes, é interessante destacar a relação dos processos migratórios com a identidade e etnicidade, direitos humanos e minorias através de conceitos e problemáticas trazidas por Barth (2000) ao falar sobre os processos de territorialização e sobre fronteiras étnicas e também por Pacheco (1999) e Cohen(1974). Cohen refere-se à questão de que um grupo étnico não é somente a soma dos indivíduos, assim como a cultura não é a soma das estratégias adotadas por indivíduos independentes. Devemos, desta forma, estar aptos para desenvolver um estudo dialético das interdependências sócio-culturais. Para tanto, também é interessante abordar questões relacionadas à globalização e às interações entre os processos globais e locais, apresentados por Feldman-Bianco (2009) e Patarra (2006).

Problematizo, ainda, o uso do conceito de minoria para pensar nos grupos de imigrantes, refletindo que o conceito de minoria se refere não a uma definição rígida, mas “se mantém como uma chave de leitura para as relações entre grupos dominantes e periféricos, para analisar as desvantagens sociais que estruturam as relações entre grupos em face ao reconhecimento do Estado” (JARDIM, 2013, p. 32). Desta forma, nesta relação entre grupos dominantes e periféricos, é necessário compreender as distintas relações de poder existentes e que o Estado tem como papel representar a pluralidade de identidades coletivas priorizando a defesa dos direitos humanos e da dignidade humana.

A partir destas ponderações, acredito ser possível pensar em como a experiência migratória destes(as) haitianos(as) na Zona Norte de Porto Alegre se relaciona ao mesmo tempo com questões locais referentes às vivências e experiências cotidianas, mas também com questões globais e relacionadas com o debate transnacional. Afinal, como é possível problematizar diferentes fluxos migratórios? Primeiramente, é necessário destacar que analisar processos migratórios não significa teorizar sobre um caminho único e totalizante, generalizando o que é ser um(a) imigrante haitiano(a) no Brasil. Mas sim estar atenta às especificidades de cada experiência migratória e, na medida em que for relevante, relacionar com questões mais amplas que afetam esta experiência. No caso dos(as) imigrantes haitianos(as) residentes na Zona Norte de Porto Alegre nos anos de 2014 a 2016, cabe destacar o papel das redes de apoio formadas. As atividades motivadas por voluntários(as), os espaços religiosos e as demais redes e pessoas que se relacionam diretamente com cada migrante possuem grande significância para sua inserção local. Além disto, estas redes revelam os desenhos e fluxos destas vivências, destacando também o quanto de agência e de resistência tem em cada ato migratório. E falar em ato migratório não reduz necessariamente ao singular, pois cada ato transborda diferentes relações como, por exemplo, o apoio familiar no Haiti, o percurso geográfico até chegar a Porto Alegre e as pessoas com que se cruza, o apoio de imigrantes há mais tempo em diferentes países da diáspora haitiana e, finalmente, as redes formadas localmente. No caso das haitianas e dos haitianos que conheci em campo um exemplo de relações locais e globais é a própria religião. A religião evangélica era algo presente no cotidiano vivenciado

no Haiti. Diante disso, frequentar um culto local no seu Bairro de moradia significa continuar um hábito já praticado, além de estimular o contato com novas pessoas e a possibilidade de uma inserção local digna.

Concluindo, é necessário destacar que, apesar das especificidades e das pressões econômicas e sociais, o(a) imigrante haitiano(a) possui agência, onde o ato de migrar em si pode ser percebido como uma ação adotada como uma forma de resistência e de planejamento, em que, a partir das experiências do passado, o presente é transformado pensando também no futuro. Esta importância do trabalho do tempo e a reconstrução que ocorre no cotidiano (DAS, 2007) são ideias fundamentais nesta proposta de compreensão dos fluxos migratórios contemporâneos. No caso dos(as) migrantes haitianos(as), o futuro planejado almeja o desenvolvimento pessoal e familiar e também o desenvolvimento do Haiti.

Referências Bibliográficas

ACNUR. Dados sobre refúgio no Brasil: uma análise estatística (2010-2014). Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acessado em maio de 2015.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2097.pdf>. Acessado em setembro de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa nº 106, de 24 de outubro de 2013. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. 2013. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF808081419E9C900141F0140AA718A4/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20106.pdf>. Acessado em setembro de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa nº 113, de 09 de dezembro de 2014. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4AC03DE1014ADDCE54511D96/RN%20113%20v2.pdf>. Acessado em setembro de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa nº 123, de 13 de setembro de 2016. Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. 2016. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=328777>. Acessado em setembro de 2016.

COHEN, Abner. *Introduction: The Lesson of ethnicity*. In: *Urban Ethnicity*. 1974. (p. IX-XXIV)

COKER, Elizabeth Marie. *Traveling Pains: Embodied Metaphors of Suffering among Southern Sudanese Refugees in Cairo*. *Culture medicine and Psychiatry*, Vol. 28:1, p. 15-39, 2004.

DAS, Veena. *Listening to Voices. An interview with Veena Das*. (interview by DiFruscia, Kim Turcot). *Alterités*, vol. 7, nº 1, 2010, pp.136-145.

DAS, Veena. *Life and Words. Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley, University of California Press, 2007.

DAS, Veena. *Critical events. An anthropological perspective on contemporary India*. Delhi, Oxford University Press. 1995.

DAS, V.; KLEINMAN, A.; LOCK, M.; RAMPHELE, M.; Reynolds, P. (org.). *Remaking a world: violence, social suffering and recovery*. Berkeley, Los Angeles e Londres. University of California Press, 2001.

FASSIN, Didier. *When Bodies Remember: experiences and politics of aids in South Africa*. University of California press. Berkeley Los Angeles and London. 2007.

FELDMAN-BIANCO, Bela. *Reinventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais*. In: Revista Horizontes Antropológicos, Ano 15, n. 31. Porto Alegre: PPGAS, 2009. (pp. 19-50).

FERNANDES, Duval. CASTRO, Maria da Consolação G.. Projeto "Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: http://obs.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=746:projeto-estudos-sobre-a-migracao-haitiana-ao-brasil-e-dialogo-bilateral&Itemid=130. Acessado em setembro de 2015.

HANDERSON, Joseph. *Diaspora: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, UFRJ, 2015.

HANDERSON, Joseph. *Diaspora: Sentidos Sociais e Mobilidades Haitianas*. Horizontes Antropológicos, ano 21, no. 43, 2015, pp. 51-78. << <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-718320150001000032015>>>

JARDIM, Denise F. *Alteridades e (In) visibilidades: uma perspectiva antropológica sobre direitos humanos e dignidade*. In: Jardim, D.F. & Lopez, Laura C. *Políticas da Diversidade: (in) visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica*. Porto Alegre. Ed. UFRGS. 2013. (p. 21-38).

JARDIM, Denise F. "Os caminhos do cadastro e outros obstáculos da visibilização do imigrante no Brasil". In: FONSECA, Claudia. & MACHADO, Helena (orgs). *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2015. (p76-95) ISBN: 978853860272

MACHADO, Carly. Pentecostalismo e o Sofrimento do (Ex-)Bandido: Testemunhos, Mediações, Modos de Subjetivação e Projetos de Cidadania nas Periferias. Horizontes Antropológicos nº 42. PPGAS/UFRGS, 2014.

ROSS, Fiona. Speech and Silence: Women's Testimony in the First Five Weeks of Public Hearings of the South African Truth and Reconciliation Comision. In: DAS, V.; KLEINMAN, A.; LOCK, M.; RAMPHELE, M.; Reynolds, P. (org.). Remaking a world: violence, social suffering and recovery. Berkeley, Los Angeles e Londres. University of California Press, 2001.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Entrando e saindo da "mistura": os índios nos censos nacionais. In: Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999, pp. 124-154.

PATARRA, Neide Lopes. *Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais*. Estud. av., Ago 2006, vol.20, no.57, p.7-24. ISSN 0103-4014 <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a02v2057.pdf>

SEGUY, Franck. A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti. Tese deDoutorado, Unicamp, 2014.

SOUSA SANTOS, Boaventura de, *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. In: Feldman-Bianco, Bela e Capinha, Graça (org.), *Identidades*. São Paulo: Editora Hucitec. 2000. (p.19-39).

THOMAZ, O. R. . O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. *Novos Estudos Cebrap*, no. 86, 2010, pp. 23-50.

WIRTH, L. The Problem of Minority Groups. In: Linton, R. ed. *The Sciences of Man in the World Crisis*. New York: Columbia University Press, 1945, pp. 347-372.

PORTAL BRASIL. Concessão de visto humanitário para haitianos é prorrogada. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/08/concessao-de-visto-humanitario-para-haitianos-e-prorrogada>. Acessado em agosto de 2015.